

Santa Casa da Misericórdia de Arganil

Acta nº 8-2014



Reunião da Assembleia Geral



Aos dezassete dias do mês de Novembro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, reuniu no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, em sessão ordinária e em segunda convocatória, a respetiva Assembleia Geral, cuja Mesa foi presidida pelo seu Presidente, Prof. António Carvalhais da Costa, acompanhado pelo Primeiro Secretário, o Sr. Carlos Manuel dos Santos Fernandes Teixeira e o Segundo Secretário, Prof. António Lopes Nogueira, este último designado pela Assembleia, em substituição do irmão Abel Gonçalves recentemente falecido.

A referida sessão teve como ordem de trabalhos:

1. Leitura e votação da ata da Reunião anterior;
2. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2015;
3. Proposta de autorização da Mesa Administrativa para proceder à retificação das áreas cedidas por escritura de constituição do Direito de Superfície por 50 anos à APPACDM, de 2.577,75m² para 3.354,69m²;
4. Consulta à Assembleia Geral sobre o reconhecimento da admissibilidade de, nos termos do artigo 57º, nº 4, do Decreto de Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro, candidatura aos Órgãos Sociais;
5. Realização do ato eleitoral para eleição dos Corpos Gerentes e da Mesa da Assembleia Geral para o próximo período de vigência a iniciar em 2015, com respeito pelo n.º 3 do artigo 26º do Compromisso;
6. Proposta de alienação da Fração J, correspondente ao 3º andar esquerdo do prédio urbano, sito na Rua do desterro, nº 35, freguesia de Arroios, Concelho de Lisboa, inscrito na matriz predial urbana do 4º Bairro Fiscal de Lisboa sob o artigo nº 880;
7. Outros assuntos de interesse informativo para a Instituição.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, aproveitou a abertura dos trabalhos e antes da discussão das matérias inscritas na convocatória da Assembleia Geral, para dar as boas vindas aos irmãos presentes, destacando "o reconhecimento feito a esta Instituição no âmbito do prémio BPI Seniores, através da concessão de um donativo pelo projeto *Dar Vida aos Dias* que a Misericórdia pretende dinamizar no próximo ano e que teve enorme impacto na comunicação social em face do carácter inovador do mesmo".

Agradeceu ainda, e em nome da Assembleia Geral, "o trabalho desenvolvido pelo Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, assim como da Mesa que o acompanha, sem esquecer o respetivo Diretor Geral, na obtenção e dinamização de projetos que promovem o nome da Instituição e da comunidade que esta serve, designadamente no âmbito da implementação da recém-criada Rede Local de Intervenção Social (RLIS), tendo sido Arganil um dos doze (12) territórios selecionados para a

operacionalização deste projeto piloto.”

Após a intervenção inicial do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, foi dado início aos trabalhos, cuja discussão e deliberação se passam a descrever.

1. Leitura e votação da ata da Reunião anterior;

Em relação ao primeiro ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou “a dispensa da leitura da ata da reunião anterior”, em virtude desta “ter sido disponibilizada para consulta e análise, nos termos previstos na convocatória, ou seja, cinco dias antes da realização da Assembleia, à semelhança de toda a demais documentação referente aos restantes pontos da ordem de trabalhos.”

Justificou ainda a proposta, com os fundamentos de que “a mesma ata foi igualmente distribuída em primeira convocatória (20 horas), além de que a maioria dos pontos inscritos na mesma tinham sido, à data, aprovados em minuta, pelo que todos os irmãos tiveram a possibilidade de proceder à leitura atempada deste documento”.

Apresentada a proposta de dispensa da leitura, a mesma foi aprovada por unanimidade, passando-se de imediato à respetiva votação da ata, tendo sido esta aprovada por unanimidade.

2. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2015;

Já no segundo ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, deu a palavra ao Provedor, Prof. José Dias Coimbra.

No uso da palavra o provedor da Instituição recordou “a memória do irmão Abel Gonçalves que terá na Mata das Misericórdias uma recordação da sua passagem pela Instituição, à semelhança de seu pai, Antero Gonçalves”.

Ainda no mesmo registo, o Provedor enalteceu “o papel do irmão Carlos Teixeira, também ele falecido e que colaborou com a Misericórdia, tendo sido sempre uma pessoa de bem e de uma constante lealdade a esta casa, merecendo ser recordado com uma placa também na Mata das Misericórdias. Nesse sentido, aguardamos que o tempo melhore e nos permita a realização dessa homenagem a ambos.”

Quanto ao Plano de Atividades e Orçamento para 2015, “e ainda antes de dar a palavra ao Diretor Geral da Misericórdia e irmão da mesma, Dr. Nuno Gomes, gostava de realçar algumas componentes do documento agora em apreciação.”

Nesse sentido frisou, “a Rede Local de Intervenção Social (RLIS) é um dos projetos que nos merece a maior e melhor atenção, na medida em que traduz o empenho desta Instituição para que o concelho de Arganil tivesse sido contemplado com esta nova medida social, que assenta numa parceria com o Ministério da Solidariedade, via Instituto da Segurança Social, e Misericórdia.”

Salientou ainda, “tal como o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral referiu, no País serão, nesta fase, apenas doze (12) projetos, sendo que o nosso contempla uma parceria com a Câmara Municipal de Arganil e o Centro Social e Paroquial de Coja, através de um contributo simbólico dado pelas duas entidades em causa”.

“Entendemos pois, e apesar de poder a Misericórdia dinamizar sozinha a respetiva candidatura ao programa RLIS, mas em memória do falecido Padre Diniz de Coja, que não faria sentido deixarmos de fora o respetivo Centro Paroquial, razão pela qual procedemos à celebração de um Acordo de Parceria, não um consórcio como alguns pretendiam, envolvendo Misericórdia (Coordenação), Câmara Municipal e Centro Social e Paroquial.”

“A Misericórdia terá como responsabilidade a operacionalização e implementação do projeto,

cabendo-lhe estruturar a equipa que o irá executar, abrindo dois polos de atendimento, um em Coja e outro em Arganil".

"Ainda para 2015 não deixaremos de procurar estabelecer parcerias com diversas entidades, tal como é, desde sempre, política desta casa, acautelando, no entanto, os interesses da Instituição que deverão corresponder aos interesses da comunidade. A este propósito não deixaremos de diligenciar esforços no sentido do Cine-teatro Alves Coelho recuperar a sua dignidade."

De seguida o Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, solicitou ao Diretor Geral da Misericórdia, Dr. Nuno Gomes, que procedesse à apresentação do Projeto de Atividades e Orçamento para 2015, de forma mais pormenorizada.

No uso da palavra o Dr. Nuno Gomes informou que, "tal como é hábito o documento que agora será apresentado foi colocado previamente ao dispor dos irmãos, nos termos inscritos no anúncio da Assembleia Geral, para além de ter sido distribuído aos mesmos em primeira convocatória."

Continuou, apresentando uma súpula operativa do Plano:

"Apesar do reflexo das projeções mais recentes efetuadas por diversos organismos nacionais e internacionais, e apesar da melhoria de alguns indicadores, é expectável que subsistam constrangimentos económicos ainda para o ano de 2015.

Nesse sentido, a atuação da Misericórdia de Arganil terá de ser balizada pela **contenção e sobriedade**, características que têm pautado a sua atividade ao longo dos últimos anos, sem descuidar o seu papel na coesão social local.

Para tal, a colaboração do Setor Estado será essencial na prossecução dos objetivos a que esta entidade se tem proposto atingir, mantendo a sua identidade e ligação à comunidade em que se insere, ao mesmo tempo que se fortalece em redor dos valores que lhe dão forma e expressão, traduzidos nas 14 obras de Misericórdia.

No âmbito dessa relação com o Estado destaque para a **possibilidade de revisão e celebração de Acordos de Cooperação**, não só na área de atuação do Complexo Social, nomeadamente nas respostas sociais de Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Idosos, mas de igual modo no Complexo de Saúde (Unidade de Cuidados Continuados Integrados).

Ainda no campo da articulação com o Estado não pode deixar de ser referida a **possibilidade de desenvolvimento do projeto piloto designado por Rede Local de Intervenção Social (RLIS)**, cuja operacionalização passará pela criação de um Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS).

Já no campo interno da Instituição será importante **impulsionar a reorganização dos seus serviços**, numa lógica de racionalização de recursos e de qualificação dos mesmos, ao mesmo tempo que procurará adequar a sua estrutura operativa às prioridades definidas por este Plano de Atividades e Orçamento.

A este propósito não pode deixar de **ser recordado o esforço supletivo da Misericórdia na atualização salarial decorrente da revisão do Salário Mínimo Nacional (SMN)** em 2014 e que terá impacto em todo o ano de 2015, sem esquecer a necessidade das atualizações de outros índices salariais.

Apesar dessa racionalização de recursos e serviços, não poderá deixar de ser incrementada a agilidade e flexibilidade na Instituição, indispensáveis aos eventuais reajustamentos estratégicos, essenciais ao desenvolvimento de **candidaturas a fontes de financiamento que o novo quadro comunitário** possa (2014-2020), porventura, oferecer.

A este propósito recordar a imperativa necessidade de **promover a recuperação do Teatro Alves Coelho, assim como da escola do Paço Grande**, espaços que poderão vir a ser integrados em candidaturas a dinamizar, caso o cenário o permita, junto do novo quadro comunitário.

Contudo, a atuação da Instituição deverá ter em mente a **aposta na inovação**, através do desenvolvimento de novas respostas sociais e a qualificação das existentes.

A este propósito destacam-se a **implementação do projeto “Dar Vida aos Dias”**, recentemente premiado pelo prémio BPI Seniores, através da constituição de um gabinete de estimulação cognitiva, assim como da **criação local da primeira sala de snoezelen**.

Outra aposta deverá incidir na **dinamização do projeto “Vidas”**, no âmbito de uma parceria estabelecida com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e cujo enfoque se traduz no campo das demências, resultando daí implicações diretas na funcionalidade da Estrutura Residencial para Idosos (ERPI – Lar de Idosos).

Também algumas respostas sociais, como são o caso do Serviço de Apoio Domiciliário e o Centro de Dia, não deixarão de ter a atenção devida, **nomeadamente através da consolidação da prestação de cuidados de saúde, designadamente de enfermagem**, cujos resultados obtidos em 2014 são inspiradores da manutenção deste tipo de serviço.

No entanto, a Instituição não descuidará a sua **participação no que ao Programa de Emergência Social (PES) diz respeito**, nomeadamente na colaboração prestada no âmbito da rede de **Cantinas Sociais** ou no Fundo Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, a par da manutenção na colaboração no Conselho Local de Ação Social (CLAS), no Rendimento Social de Inserção (RSI), bem como na promoção das Atividades Socialmente Uteis.

Outro aspeto a destacar prende-se com a perspetiva de **conclusão em 2015 do processo de certificação de qualidade, no âmbito do EQUASS**, uma vez que, em face da dinâmica imprimida ao longo de 2014, o seu raio de ação foi alargado a todas as respostas sociais da Misericórdia.

Será também pertinente para o ano que se aproxima a **revisão estatutária** dos Compromissos da Misericórdia, desde logo, por força da alteração ao quadro legal das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Sobre esta matéria, tal revisão incidirá nos itens que o novo normativo virá alterar designadamente, no tipo e duração dos mandatos dos diversos órgãos sociais.

A preservação ambiental será outra componente que deverá estar presente na ação da Instituição, nomeadamente através da **promoção dos seus espaços naturais como é o caso da Mata das Misericórdias**, cartão-de-visita da Instituição e da Região, devendo renovar-se a parceria com o Centro de Formação de Escolas de Coimbra Interior, através da **colaboração nos IV Encontros Cidadania e Responsabilidade Sócio Ambiental**.

No âmbito local e regional **deverão ser mantidas as parcerias existente**, quer com os serviços intermédios do Estado Central (Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra – CDSSC; Administração Regional de Saúde do Centro – ARSC; Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP, CEFPPIN;), quer com autarquias (Câmara Municipal de Arganil, Juntas de Freguesia), mas de igual modo com diversas entidades e instituições.

Não poderíamos deixar ainda, de frisar a **estreita colaboração com a União das Misericórdias Portuguesas**, quer com o Secretariado Regional, quer com o Secretariado Nacional, e neste propósito destacar a assessoria técnica prestada ao nível de várias representações, a última das quais no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento da Região de Coimbra (CEDI Região de Coimbra) da

Comunidade Intermunicipal.”

Depois de feita a apresentação da súmula operativa, deu a conhecer os objetivos elencados pela Mesa Administrativa e que passam a transcrever.

- **Assegurar a sustentabilidade da Misericórdia**, reorganizando e reestruturando o seu funcionamento, através da racionalização de recursos, humanos e materiais, em face das necessidades da Instituição, bem como a revisão estatutária decorrente da aprovação de novo enquadramento legal das Instituições de Economia Social;
- **Estimular as parcerias a estabelecer com o Setor Estado**, nomeadamente através da revisão dos acordos de cooperação assim como a implementação de projetos inovadores de intervenção social como é o caso da Rede Local de Intervenção Social (RLIS);
- **Dar continuidade aos esforços de requalificação dos espaços afetos ao Complexo Social**, recorrendo preferencialmente aos seus serviços internos, sem esquecer a possibilidade de inclusão na estratégia CRER - 2020;
- **Assegurar a preservação e promoção da Mata das Misericórdias, bem como de outros espaços naturais que envolvem a Instituição**, através da manutenção e limpeza dos mesmos;
- **Manter as políticas de formação dos seus colaboradores**, associando-lhe o processo de certificação de qualidade em curso e integrado no EQUASS;
- **Proceder à continuação da inventariação do património imóvel**, assim como à sua valorização, através da atualização das respetivas avaliações;
- **Manter uma agenda cultural e artística**, por meio da atividade do Orfeão Maestro Alves Coelho, bem como de diversas atividades temáticas, com destaque para os IV Encontros Cidadania e Responsabilidade Sócia ambiental;
- **Equacionar a execução da nova Unidade de Cuidados Continuados**, prevista para o antigo Hospital Condessa das Canas, tendo como pano de fundo o novo Quadro Comunitário;
- **Promover a recuperação do Teatro Alves Coelho**, reforçando as diligências indispensáveis à devolução do mesmo à Santa Casa, **sem esquecer a Escola do Paço Grande**;
- **Manter a colaboração com as Instituições locais e regionais**, designadamente Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Associações de Bombeiros, Centro de Saúde, Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte, Agrupamento de Escolas, IPSS (S), Casa do Povo, Filarmónicas, Lions Clube, Conferências S. Vicente de Paulo, Confraria Gastronómica do Bucho, Núcleo de Cardiologia, Fundação Memória da Beira Serra - A Comarca de Arganil, entre várias.

Para levar a efeito os objetivos identificados, passou-se à apresentação das linhas de atuação, para cada uma das respostas sociais de acordo com a natureza dos Complexos.

➤ **Complexo Social**

Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia | Serviço de Apoio Domiciliário | Centro de Dia das Secarias

No âmbito desta secção destacaremos as respostas sociais vocacionadas para o apoio e acolhimento dos mais velhos, representando uma das áreas mais abrangentes do campo de atuação da Instituição.

o **Remodelação / Requalificação da componente residencial**

Ao longo dos últimos anos o investimento no edificado da sede da Misericórdia tem sido uma constante na atividade da Instituição, desde logo com o intuito de melhoria dos serviços prestados, adaptando o imóvel às novas exigências de segurança e de comodidade.

Nesse esforço de melhoria dos espaços têm sido também contemplados os espaços que acolhem serviços comuns de apoio e logística, como foi o caso da lavandaria, armazém, balneários, entre outros.

Este processo de requalificação tem sido gradual e ajustado às condições económicas e financeiras da Misericórdia, com prevalência do recurso aos meios próprios, designadamente recursos humanos, para a realização de trabalhos internos de higienização e remodelação pontual de espaços.

Para o ano vindouro pretende-se a manutenção deste processo, com **a adaptação de casas de banho, mas também de remodelação de alguns quartos**, respondendo-se deste modo ao aumento do grau de dependência dos utentes da Instituição.

A **substituição de telhados**, que em 2014 foi retardada, deverá ser uma realidade, isto porque se torna urgente resolver alguns problemas de infiltrações, sem esquecer a necessidade de realização de alguns arranjos exteriores e pinturas de fachadas do complexo.

Sobre esta matéria da requalificação, é intenção a promoção de candidatura específica ao Programa Operacional da Região Centro, designadamente ao eixo referente à inclusão social, tendo em vista uma intervenção mais abrangente, caso seja possível, com particular incidência na definição da capacidade de acolhimento da ERPI.

- o **Revisão de Acordos de Cooperação e Manutenção do número de utentes nas respostas de apoio à população idosa e reforço dos serviços no âmbito do apoio ao domicílio**

Os Acordos de Cooperação em vigor no âmbito do Complexo Social, têm algumas décadas, nomeadamente no caso do Centro de Dia da Sede, sendo espetável que o mesmo seja alvo de revisão, de acordo com os normativos mais recentes.

Estas revisões não significarão, no imediato, acréscimo de receitas, no entanto representarão uma adequação dos equipamentos às orientações técnicas da Segurança Social.

Já no campo das frequências a Instituição mantém como prioritário **assegurar os níveis de utilização**, especialmente tendo em conta que se verifica ao nível concelhio uma redução das frequências pelas diversas respostas sociais desenvolvidas pelas IPSSs.

Para tal, a aposta passará por reforçar as sinergias entre as diversas respostas sociais e equipamentos de que a Misericórdia dispõe, tendo em vista encontrar o equilíbrio indispensável à sustentabilidade da Instituição, assim como à manutenção dos serviços prestados.

Nesse sentido, a articulação entre o Complexo Social e o Complexo Saúde, nomeadamente por meio da Unidade de Cuidados Continuados e a ERPI, é essencial para numa lógica de complementaridade.

Neste caso, vislumbra-se uma taxa de ocupação média na UCC superior a 90%, dentro de uma capacidade de 24 camas, assim como na ERPI, cuja capacidade é de 130 camas.

No que concerne à resposta de Centro de Dia a aposta vai no mesmo sentido, ou seja de **manter os níveis de frequência**, graças à **manutenção de um horário prolongado de funcionamento, que inclui fins-de-semana (Centro de Dia sede)**, a par dos **serviços de transporte** que tem possibilitado uma maior frequência nesta valência.

Assim, espera-se que a média no Centro de Dia da Sede se mantenha nos 37-39 utentes e no Centro de Dia de Secarias mantenha os 9 utilizadores.

Por seu turno, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) tem atualmente capacidade para 25 utentes, pelo que é desejável manter uma frequência de 100%, para tal espera-se o **contributo positivo da prestação de serviços de enfermagem ao domicílio**, para além dos serviços de teleassistência.

Ainda nesta resposta social mantém-se a expectativa para que do Centro Distrital possa haver reforço na comparticipação referente ao facto desta resposta social laborar os 7 dias da semana, com um leque variado de serviços que são assegurados, tal como prevê o protocolo de cooperação existente entre o MSTSS e a UMP.

- o **Continuar a implementar o Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas**

O Protocolo celebrado entre o MSTSS e a UMP e que vigorou nos anos de 2013 – 2014, revelou-se fundamental para a sustentabilidade da Instituição, pelo que, para 2015, a Misericórdia espera uma **atualização de 1%** nas respetivas comparticipações por parte do Setor Estado, no âmbito das respostas sociais da rede solidária.

Mas mais do que um Protocolo que estabelece as comparticipações por parte do Estado, esse documento representa um instrumento de negociação e de reconhecimento de parcerias, entre Setor Público e Setor Cooperativo e Social.

- o **Promover a conclusão do processo de certificação, realização de ações de formação / qualificação pessoal**

Ao longo do ano de 2014 o processo de certificação no âmbito do EQUAS não foi concluído, desde logo porque esta foi **estendida a todas as respostas sociais da Misericórdia**, ao contrário do que inicialmente foi preconizado.

Esta certificação enquadra-se numa candidatura apresentada pela UMP, tendo sido a Misericórdia de Arganil selecionada para integrar este leque de 25 Instituições, competindo à Instituição assumir apenas o pagamento da auditoria final.

Deste modo, pretende a Misericórdia concluir em 2015 este processo de certificação.

Outro esforço a realizar prende-se com a promoção da qualificação do pessoal, através da **realização de ações de formação internas e externas**, patrocinando a participação em seminários, conferências ou outros eventos que potencializem a melhoria da prestação dos profissionais da Instituição, ou flexibilizando horários destinados ao enriquecimento académico, dentro das possibilidades dos próprios serviços.

Esta linha de atuação, apesar de se encontrar inscrita no espaço destinado ao Complexo Social, é **extensiva a todas as áreas da Instituição**, incluindo-se aqui o Complexo de Saúde.

- o **Assegurar uma agenda de atividades lúdico-ocupacionais destinadas aos utentes**

A dinâmica e a diversidade de recursos humanos ao serviço da Instituição, bem como os diferentes espaços colocados ao serviço dessas respostas, com destaque para o Complexo Desportivo – Zé Miguel (campo polidesportivo e piscinas) e a Mata das Misericórdias, têm potencializado a definição de um vasto leque de atividades para os inúmeros utilizadores dos equipamentos da Santa Casa.

Nesse sentido, a Instituição irá continuar a desenvolver um vasto leque de atividades inscritas em programação própria e específica conforme documentação anexa.

Dessa programação, para além dos passeios temáticos e das comemorações de datas específicas do calendário, farão também parte a realização de sessões de informação e sensibilização dos utentes, contacto com as novas tecnologias, ginástica, natação, música, inglês, entre tantas outras.

O desenvolvimento dessas atividades, visam não só a valorização e ocupação dos utentes, mas de igual modo uma maior proximidade com a própria Instituição.

o **Projeto Vidas**

A União das Misericórdias Portuguesas desenvolveu, com a abertura e entrada em funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados Bento XVI, um projeto ambicioso vocacionado para as demências, ao qual atribuiu a designação de "**Projeto Vidas**".

Este projeto visa a **disseminação de conhecimento** junto das Misericórdias, destinado ao acolhimento de cidadãos portadores de patologias do foro neurológico (demências).

Sendo a Misericórdia de Arganil uma instituição preocupada com este novo paradigma do processo de envelhecimento, que se reflete em muitos dos seus utentes institucionalizados na Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), manifestou interesse em integrar o desenvolvimento deste projeto, resultando na respetiva seleção para integrar um lote de 23 Instituições que a nível nacional vão desenvolver um modelo de atuação neste campo.

Nesse sentido, 2015 será marcado pela preparação e formação dos técnicos da Misericórdia para esta nova realidade, ao mesmo tempo que o espaço da ERPI será alvo de estudos destinados á sua adaptação | requalificação.

Centro de Atividades e Tempos livres | Atividades de Animação e Apoio à Família

O Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), assim como a componente de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), esta última no âmbito de acordo com o Município de Arganil, funcionam no edifício D. Arminda Sanches integrado no perímetro da EB1 de Arganil.

Ao contrário de anos anteriores a previsão do número de crianças tenderá a diminuir, não pela ausência de serviços diferenciados, mas antes pela pressão denotada pelos indicadores demográficos.

No caso do CATL estima-se que número de crianças será reduzido de 60 para 52, enquanto que nas AAAF esse número se manterá nas 30, previsivelmente.

A título de exemplo o **encerramento de salas de aulas** pelos diversos estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Arganil é o resultado da diminuição de turmas, fruto da redução do número de crianças em idade escolar.

Também reflexo dessa diminuição de crianças a EB1 de Arganil viu diminuída em uma turma a sua frequência, passando de 9 para 8.

Não obstante essa diminuição, a Instituição irá manter a **diversidade de serviços prestados** nestas duas respostas, com especial incidência nos serviços de **apoio ao estudo e Terapia da Fala**, aliás esta última agora mais abrangente, pois acolhe crianças de outras escolas do Agrupamento (Pomares, Sarzedo e S. Martinho da Cortiça).

A **música** será outro serviço assegurado pela Misericórdia, neste caso com o enfoque nas crianças do Pré-escolar.

Como se mantém a preocupação com a situação económica dos agregados familiares, **serão mantidos os valores máximos dos três últimos escalões praticados no ano letivo 2008-2009**, isto no CATL,

bem como a prática de um pagamento proporcional à média de períodos frequentados durante o ano letivo.

Nas AAAF, manter-se-ão **os valores previstos no regulamento municipal**, numa ótica de uniformização com outros estabelecimentos da rede pública, para além das atividades já atrás referenciadas.

Empresas de Inserção

Atualmente as Empresas de Inserção representam 15 postos de trabalho distribuídos por 3 áreas: agricultura biológica, lavandaria e limpezas gerais, floricultura e jardinagem, tendo todas elas terminado o ciclo de 7 anos a que inicialmente se propuseram.

À semelhança de anos anteriores, a **Instituição procedeu ao pedido de renovação anual deste programa**, aguardando-se a respetiva resposta por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), através do Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte.

No entanto, e uma vez que o próximo quadro comunitário contempla a área da inclusão social como prioritária, a Misericórdia elaborou o seu orçamento numa **perspetiva de manutenção das Empresas de Inserção**.

Caso este programa não veja renovada a sua continuação a **Instituição terá que reajustar o seu volume de emprego**, por força da necessidade de acautelar a sustentabilidade da Misericórdia.

Academia Condessa das Canas

A expectativa da Instituição recuperar a escola do Paço Grande tem estado presente nos últimos Planos de Atividades, contudo, tal desígnio não tem sido possível fruto da conjuntura económica que o País tem atravessado.

Na ausência desse espaço, o funcionamento da Academia tem sido distribuído por outros equipamentos.

o Orfeão Maestro Alves Coelho

O Orfeão Maestro Alves Coelho é hoje uma referência no panorama local e regional. Composto por cerca de 45 elementos, oriundos da comunidade e da própria Instituição, este coro misto tem divulgado o nome da Misericórdia, mas também de Arganil por esse País fora.

Nesse sentido, a Instituição procurará continuar a apoiar a sua atividade, através de apoio logístico, o que possibilita a respetiva presença em vários certames e encontros da especialidade.

Também a gestão de uma agenda de concertos, será uma prioridade em estreita articulação com o responsável artístico | maestro.

Dessa agenda farão parte vários concertos, contudo é desejo da Instituição a realização de um encontro de coros da Beira Serra, ideia que tem sido adiantada mas que o contexto dos últimos anos ainda não possibilitou a concretização.

Mata e Jardim

A proteção ambiental e preservação da natureza tem sido uma prioridade da Misericórdia, cujos reflexos têm impacto na valorização da Mata das Misericórdias, espaço que ocupa hoje um lugar privilegiado na divulgação do concelho de Arganil e da Beira Serra.

Assim, a preocupação incidirá na **manutenção dos espaços naturais envolventes da Instituição**, com incidência na Mata, sem esquecer que esta é uma das estruturas mais relevantes na dinamização de muitas das suas atividades junto dos utentes e de outras instituições locais.

A preocupação com a angariação de receitas destinadas a atenuar os custos de manutenção da Mata, estará também subjacente à ação da Misericórdia, pelo que, a realização de almoços convívio deverá manter-se.

Simultaneamente, a Instituição irá procurar proceder à **enxertia da plantação de pinheiros mansos**, tendo como objetivo promover a produção de pinhões destinados à venda, forma de contribuir para a atenuação das despesas de preservação da Mata.

o **Centro Ambiental – Realização de Eventos**

O Centro Ambiental continuará a centralizar um conjunto de recursos da Misericórdia, nomeadamente humanos, tendo em vista concretizar um vasto leque de ações em contexto natural.

Nesse sentido, para além da organização de atividades diversas, esta estrutura da Misericórdia procurará dar apoio à realização da Festa de St.^a Isabel, ao acolhimento de visitas, sem esquecer a presença dos alunos do Agrupamento de Escolas.

o **Manutenção das ruas, acessos e percursos da Matas**

A **preservação dos espaços temáticos existente** na Mata das Misericórdia será uma preocupação constante na agenda da Instituição, através das suas equipas florestais, com destaque para o esforço de preservação das Ruas das Misericórdias, das Freguesias, dos inúmeros largos, do percurso dos poetas, do circuito de manutenção, saúde e bem-estar, das charcas e cascatas, dos anfiteatros ao ar livre, do bungalow, do espaço dos Lions e das escolas, entre tantas estruturas.

Outros Projetos de Intervenção Social | RLIS

Neste item há a destacar a participação na Comissão Local de Ação Social (CLAS), a par da presença no Núcleo Local de Inserção (NLI) no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI), bem como da presença no Conselho geral do Agrupamento de Escolas de Arganil.

Contudo, a grande preocupação da Misericórdia passará pela **instalação da Rede Local de Inserção Social (RLIS)**, operacionalizada através da constituição do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS).

Sobre esta matéria prevê-se a realização do reforço da componente técnica da Instituição através do alargamento dos seus recursos humanos especializados (4), que serão distribuídos pelo Conselho, procedendo ao atendimento e acompanhamento de casos de carácter social, numa lógica de contratualização de competência com a Segurança Social.

A celebração de um acordo de parceria com a Câmara Municipal de Arganil e o Centro Paroquial de Coja, permitirá contribuir para a agilização e a operacionalização da RLIS.

Outra prioridade passa pela continuação do Programa de Emergência Alimentar (PEA), através da cantina social, neste caso alargada já a 75 refeições diárias, mas também o Fundo Europeu de Apoio a Carenciados (FEAC) continuará a ser um recurso ao serviço das famílias mais carenciadas do concelho.

Secretariado Regional de Coimbra da UMP e Secretariado Nacional

Ao longo dos últimos anos a Misericórdia de Arganil tem mantido uma presença constante na estrutura da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), primeiro como Presidente do Secretariado Regional de Coimbra e depois como membro do Conselho Nacional.

Atualmente, e apesar dessa presença ser mais discreta, a instituição continua a colaborar com o movimento das Misericórdias Portuguesas, designadamente em **matérias como a revisão estatutária, face ao novo enquadramento legal das instituições de economia social.**

Assim, a Misericórdia considera como prioridade para 2014 **manter essa representatividade e colaboração institucional, através do seu Provedor, bem como o apoio técnico**, quer a nível regional quer a nível nacional, por meio do seu Diretor Geral.



Projeto “Dar vida aos Dias”

Em 2014 a Misericórdia de Arganil, por intermédio dos seus profissionais, desenvolveu um projeto intitulado “*Dar Vida aos Dias*”, que veio a ser premiado e reconhecido pelo BPI Seniores, o qual atribuiu um prémio monetário de relevância.

Este projeto será implementado em 2015 e consistirá na **criação de um Gabinete de Estimulação Cognitiva**, que se destina, através de várias técnicas, à promoção da melhoria da qualidade de vida dos mais velhos.

Simultaneamente, **será instalada uma Sala de Snoezelend** destinada ao relaxamento e estimulação dos vários utilizadores, numa procura de maior qualidade de vida por parte de um vasto leque de cidadãos.

Este projeto terá como público-alvo os cidadãos mais velhos, mas de igual modo não deixará trabalhar os mais jovens, numa lógica intergeracional, abrangendo cerca de 500 utilizadores ano, ao mesmo tempo que promoverá várias parcerias com instituições locais.

➤ COMPLEXO DE SAÚDE

O designado Complexo de Saúde é atualmente composto pela Unidade de Cuidados Continuados – Dr. Fernando Valle, a Clínica de Reabilitação Clifiargus, na qual a Misericórdia é a única sócia, e o projeto destinado à instalação de uma nova unidade titulada com a designação de Hospital Condessa das Canas.

À semelhança do que já foi apresentado para o Complexo Social, a grande prioridade para o próximo ano vai passar por **manter quer os níveis de frequência dos utentes** em cada uma das respostas.

Simultaneamente, a Instituição manterá como opção o **desenvolvimento do projeto de recuperação do antigo hospital**, apesar deste poder representar uma reprogramação temporal, com o recurso ao novo quadro comunitário.

Hospital Dr. Fernando Valle – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

A manutenção da qualidade e dos níveis de frequência serão essenciais para evitar quebras de receitas neste equipamento social, especialmente quando outras unidades abrirem e entrarem em funcionamento na região.

No campo da qualidade, espera-se a conclusão da certificação no âmbito do EQUAS, a par da revisão dos Acordos de Cooperação.

Os serviços afetos ao circuito do medicamento serão também uma prioridade, **perspetivando-se a continuidade de um Estágio profissional na área de Farmácia**, procurando-se uma maior eficiência, segurança e racionalização de gastos nesta matéria, bem como a rentabilização de recursos de outras respostas sociais, como é o caso da ERPI.

Hospital Condessa das Canas

A candidatura aprovada no âmbito do Programa Modelar II, traduziu-se num financiamento público de setecentos e vinte e quatro mil, cento e um euros (724.101,00€), que nunca se veio a concretizar.

Contudo, a Misericórdia mantém a esperança numa reprogramação da sua execução, conjugada com novo quadro comunitário.

A comunicação, por parte da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-Centro), da manutenção da pertinência do projeto, abre portas à sua concretização através do quadro comunitário 2014-2020, inserido na estratégia CRER-2020 da Comissão de Desenvolvimento Regional do Centro (CDRC).

Deste modo, o presente documento promove a reformulação do projeto, tendo em vista a **inclusão da remodelação do antigo hospital numa lógica de apoio às demências, área prioritária na programação comunitária para o período 2014-2020.**

Clifiargus

Também nesta estrutura a prioridade da Instituição será manter a prestação de serviços à comunidade, através da convenção com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-Centro), assim como da relação existente com as diversas companhias seguradoras.

Deverá ainda, ser ponderada a delineação de novas estratégias de atração de utilizadores, para que a quebra de receitas, originada pelas alterações introduzidas ao nível do transporte de doentes, assim como à sinalização para tratamentos, seja colmatada.

➤ PATRIMÓNIO EDIFICADO, RELIGIOSO, CULTURAL E DESPORTIVO

A continuação do processo de **atualização do inventário patrimonial, levantamento e elaboração de plantas do edificado, e inventariação** dos bens da Misericórdia, continuará a ser uma preocupação presente na estratégia da Misericórdia.

O arrendamento dos imóveis será outra preocupação, tendo em vista assegurar receitas essenciais à sustentabilidade da Misericórdia, sem que tal deixe de ter em atenção a componente social dos inquilinos.

A preservação dos vários artefactos religiosos e espaços afetos a esses fins, especialmente as bandeiras processionais, a cruz da instituição, diversas relíquias e a igreja, atual local de ensaio do **Orfeão Maestro Alves Coelho**, será outra preocupação da Instituição.

Durante o período de Verão dar-se-á atenção ao funcionamento do **Complexo “Zé Miguel”**, composto pelas piscinas da Instituição, assegurando mais este serviço à comunidade e visitantes, sem esquecer o polidesportivo.

No entanto, todos estes equipamentos e recursos serão colocados ao serviço da comunidade arganilense e utilizados por diversas entidades parceiras, como são: Igreja, Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Bombeiros, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Clubes de Serviço, Lions Clube de Arganil, Fundação Memória da Beira Serra, Casa da Comarca de Arganil, Comissões de Melhoramentos, Confraria Gastronómica do Bucho, Agrupamento de Escolas, Guarda Nacional Republicana, etc. etc.

Dessa vasta lista de espaços e equipamentos fazem parte, entre outros:

- Campo Dr. Eduardo Ralha
- Salão Nobre do Complexo Social;
- Pavilhão do Paço Grande
- Forno da broa

- Parque Infantil Eng.º Leitão
- Jardim Condessa das Canas
- Autocarro de 23 lugares



Feira do Mont'Alto

Um dos mais importantes ativos da Instituição é a tradicional e histórica Feira do Mont'Alto, cuja doação foi realizada em 1759 pela Câmara Municipal e tornada definitiva e válida por Provisão Régia de 1760.

Desde longa data que este evento, nos dias 6,7 e 8 se realiza no recinto do Paço Grande, com direito à Santa Casa recolher as receitas geradas pela ocupação do terrado da feira, consubstanciando dessa forma um ónus a favor da Instituição, cabendo-lhe, durante mais de 230 anos (mais de dois séculos), organizar e administrar este evento.

Em 1989 a Santa Casa celebrou protocolo com a Câmara Municipal de Arganil, autorizando a autarquia a realizar a feira do Mont'Alto, com a contrapartida do pagamento de uma renda anual destinada à atividade da Instituição.

Porém, em 2009 a Câmara rescinde o Protocolo então em vigor, obrigando a Instituição a diligenciar no sentido de acautelar os seus direitos sobre a Feira do Mont'Alto, culminando na celebração de novo protocolo em 2011 que ainda se encontra em vigor.

Neste protocolo é assegurado o reconhecimento dos direitos da Misericórdia sobre a organização e administração do tradicional certame, cabendo à autarquia o pagamento de um valor correspondente às receitas resultantes dos participantes nesse evento (feirantes, divertimentos, restauração), tendo sido deslocalizado o local da sua realização.

No entanto, e um vez que o tradicional espaço de realização da Feira do Mont'Alto é o terrado da feira no Paço Grande, cuja ocupação nos dias 6,7 e 8 são da responsabilidade da Santa Casa, e sendo o protocolo celebrado em 2011 de natureza temporária, não podia a Instituição deixar de defender a existência desse ónus no futuro.

Por isso, a contestação da recente escritura de usucapião a favor da câmara Municipal de Arganil, que não acautelou a existência de um ónus nos dias já referidos a favor desta Misericórdia, era um imperativo legal, mas acima de tudo moral, tendo em vista a preservação futura deste espólio histórico que faz parte da Santa Casa, motivo que levou a Mesa Administrativa a tomar posição sobre esta matéria.

Deste modo, e para o ano de 2015, a Instituição deverá providenciar a continuação das diligências necessárias à reposição deste direito sobre os terrenos em causa.

Cine-teatro Alves Coelho

Em 2008 a Misericórdia, mediante a celebração de escritura de direito de superfície, cedeu, por 50 anos, o edifício conhecido por Cine-teatro Alves Coelho à câmara Municipal de Arganil, com um conjunto de cláusulas de natureza resolutivas, devidamente aprovadas pela Assembleia Geral desta Santa Casa.

Algumas dessas cláusulas eram a execução do projeto de remodelação integral do edifício existente e aprovado pela autarquia, no período compreendido entre 2008 -2013, com recurso a fundos comunitários.

Tais cláusulas não foram cumpridas, pelo que, não teve outra opção a Mesa Administrativa do

que proceder à resolução da já citada escritura, com a conseqüente notificação de devolução do referido imóvel, algo que ainda não veio a suceder, apesar das insistências realizadas pela Misericórdia.

Deste modo, é intenção dar-se continuidade às diligências já encetadas judicialmente para a rápida devolução do imóvel, assim como das rendas entretanto recebidas pela autarquia, ao mesmo tempo que se **procurará dar início aos trabalhos de reabilitação do edifício**, nomeadamente fazendo **regredir o avançado estado de degradação em que se encontra**.

➤ ORÇAMENTO

Apesar de uma aparente melhoria nos indicadores económicos, 2015 não deixará de ter alguns constrangimentos presentes, pelo que a elaboração do orçamento que suporta as atividades programadas foi efetuado tendo por base uma lógica de rigor nas projeções efetuadas.

No entanto, não deve deixar de ser feito o alerta de que o orçamento **é em si um documento previsional, que resulta de um exercício de projeção**, tendo por base um conjunto de dados que apesar de fidedignos, designadamente o histórico da Intuição, incorporam sempre um risco resultante das possíveis mudanças de cenários.

Por outro lado, o orçamento gizado não se baseia apenas nos dados recolhidos no seio da própria Misericórdia, mas de igual modo assenta num conjunto de indicadores facultados por entidades oficiais, também estes sujeitos a alterações.

Assim, a Instituição alicerçou a projeção dos seus rendimentos tendo por base a manutenção, na generalidade, dos índices de frequência dos seus utentes, a inclusão do projeto-piloto associado à Rede Local de Intervenção Social - RLIS e uma imputação de 1% no campo das mensalidades.

Já na resposta de CATL, e porque existe o risco de uma redução do número de crianças a utilizar este equipamento, a projeção teve por base o saldo existente, com a devida aproximação ao ano completo.

Projetou ainda, uma atualização dos acordos de cooperação, isto no âmbito das respostas sociais associadas ao Complexo Social, de 1%.

Quanto ao programa das Cantinas Sociais não foi estabelecida qualquer revisão em alta das projeções, mantendo-se o número de refeições comparticipadas (75) e o valor (2,5€), apesar do número atual ser superior ao estabelecido em acordo com o CDSS-Coimbra e por isso traduz um crescimento face ao orçamento de 2014.

Já no Complexo de Saúde, designadamente na Unidade de Cuidados Continuados Integrados, Dr. Fernando Vale, as receitas previstas assentaram numa projeção tendo por base o histórico de 2014, sem qualquer atualização, assim como a componente de fisioterapia.

Quanto às restantes receitas a projeção partiu do histórico correspondente ao exercício de 2014, com as devidas simulações que tiveram em linha de conta a taxa de inflação e eventuais atualizações tendo por base esse indicador, ou mesmo regulamentação legal, como é o caso das rendas.

Deste modo, o valor estimado para os rendimentos é de dois milhões, setecentos e vinte e dois mil, duzentos e quarenta e seis euros (2.722.246,00€).

Assim, e comparativamente com o orçamento de 2014, assistimos ao possível crescimento das receitas em 2,71%, incrementado especialmente pelo aumento da comparticipação do Setor Estado, via Ministério da Solidariedade Trabalho e Segurança Social (MSTSS), nomeadamente com o contributo da RLIS e do Programa das Cantinas Sociais.

Não foi alheio, a esse aumento a atualização de 1% nos acordos de cooperação do Complexo Social, bem como a perspetiva de manutenção das Empresas de Inserção.

Neste caso a perspetiva de aumento dos rendimentos face à projeção de 2014 será de mais setenta e um mil, setecentos e cinquenta e sete euros (71.757,00€).

No que concerne aos gastos a Instituição levou em consideração o respetivo histórico contabilístico, tendo como principal indicador um valor previsto para a taxa de inflação de 1%, dentro dos limites traçados por várias entidades como são o caso do Banco de Portugal, o Governo e União Europeia.

A rubrica dos custos com pessoal teve como ponto de partida o quadro de colaboradores existentes, acrescido da verba correspondente ao reforço do quadro técnico, isto no âmbito da operacionalização do SAAS – RLIS com mais 3 elementos, ao mesmo tempo que foi contemplado o valor atualizado do Salário Mínimo Nacional (SNS) com referência a 14 meses, assim como um crescimento global de 1% dos custos associados, prevendo, desde já, eventuais correções nos índices salariais de diversas categorias profissionais.

No campo das amortizações a previsão foi efetuada tendo em consideração a realidade dos investimentos realizados, recorrendo a programa informático que possibilitou a simulação dos custos respetivos.

Quanto à rubrica dos gastos com energia e fluídos foi tida uma particular atenção ao aumento em 3,3% de custos com a eletricidade, enquanto que em relação às despesas com água e gás tomou-se como referência o histórico registado na Instituição com a devida atualização de 1%.

No global os gastos estimados para 2015 atingirão o valor de dois milhões, setecentos e dezanove mil, oitocentos e setenta e dois euros (2.719.872,00€).

Neste campo estima-se, face a 2014 e ao respetivo orçamento um aumento de 2,64%, a que corresponde cerca de sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta e um euros (69.841,00€) justificado, essencialmente pelo aumento nos custos com pessoal, derivado do reforço técnico resultado da necessidade de operacionalização da RLIS, assim como a consolidação da atualização do Salário Mínimo Nacional.

Ponderados os rendimentos e os gastos prevê-se um resultado positivo de dois mil, trezentos e setenta e quatro euros (2.374,00€)

➤ Investimentos

Para 2015 a Instituição procurará concentrar os seus esforços na realização de investimentos destinados à **melhoria da componente residencial**, designadamente remodelando casas de banho e higienizando alguns quartos. Também a substituição de alguns telhados e coberturas será uma prioridade, nesse sentido prevê gastar um valor estimado de quarenta mil euros (40.000,00€).

O Cine-Teatro Alves Coelho será um imóvel a ser alvo da atenção da Misericórdia, especialmente porque ele **carece de uma intervenção de urgência para evitar uma maior degradação**. Para tanto prevê, entre obras de restauro, limpeza, pinturas e cobertura cem mil euros (100.000,00€).

Reservou-se ainda o montante de dez mil euros para equipamento diverso (10.000,00€), mais dez mil euros (10.000,00€) para eventuais despesas decorrentes do desenvolvimento de projetos indispensáveis à apresentação de candidaturas aos Fundos Comunitários, destinados à própria recuperação do Cine-Teatro como de igual modo outros imóveis como o antigo hospital Condessa das Canas.

Quanto à proveniência dos montantes em causa estes serão assegurados por capitais próprios e reservas existentes, assim como o recebimento das rendas devidas pela Câmara Municipal de Arganil e resultantes da resolução da escritura de constituição de direito de superfície celebrada em 2008 entre a Misericórdia e o Município.

Neste item específico do Cine-Teatro Alves Coelho, pediu a palavra o Dr. Pedro Pereira Alves, para questionar sobre "a proveniência dos fundos para suportar o investimento de cem mil euros (100.000,00€) preconizado para esse imóvel?"

Respondeu o Dr. Nuno Gomes, informando que "tal como está explanado no documento de suporte à apresentação, os cem mil euros (100.000,00€) serão provenientes de capitais próprios, neste caso de reservas da Instituição no montante de oitenta mil euros (80.000,00), acrescidos dos valores das rendas recebidas pela Autarquia e que ascendem já a quarenta e cinco mil euros (45.000,00€). Estas rendas, de acordo com a escritura antes celebrada com a Câmara e a Misericórdia, foram imputadas à sustentabilidade e manutenção do edifício, ora uma vez que a Câmara não as investiu nesse sentido, será solicitada a respetiva devolução."

Acrescentou também, "que a projeção em causa não invalida que a Instituição possa, porventura, vir a equacionar candidatura ao novo quadro comunitário quer nesta como noutras matérias, aliás o Plano de Atividades prevê, na generalidade, essa possibilidade, assim como o orçamento no campo dos investimentos. No entanto a execução, no caso de as candidaturas serem apresentadas em 2014, tenderá a concretizar-se em 2015, sendo indispensável uma intervenção imediata para evitar a degradação do imóvel em causa."

Por último, o Dr. Nuno Gomes apresentou as conclusões relativas à apreciação efetuada pela empresa PKF e responsável pela revisão das contas, dando nota de que "da análise ao orçamento que lhes foi remetido, concluiu-se que este se apresentava dentro dos parâmetros normais projetados para 2015, tendo em especial atenção o próprio histórico da Misericórdia nos últimos anos, que tem apresentado uma variação entre 3% a 5% entre o projetado e o realizado."

Apresentado que foi o projeto de Plano de Atividades e Orçamento para 2015, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, solicitou ao Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Pedro Pereira Alves, para que desse a conhecer o parecer do respetivo Órgão sobre estas matérias.

No uso da palavra o Presidente do Conselho Fiscal | Definitório, Dr. Pedro Pereira Alves, adiantou que o parecer se encontrava distribuído e incluído na documentação na posse dos irmãos presentes, pelo que abdicava de proceder à exaustiva leitura do mesmo, realizando antes uma análise sintética do explanado.

Nesse sentido, referiu que " a documentação apresentada encontra-se devidamente elaborada, com o suporte técnico indispensável à sua apreciação, a que não terá sido alheio o trabalho do Diretor Geral e da sua equipa."

Destacou ainda, "os objetivos aí elencados, designadamente a promoção da Mata das Misericórdias, a qualificação dos seus colaboradores, a possibilidade de candidaturas ao novo quadro comunitário e a promoção da recuperação do Cine - teatro Alves Coelho."

No entanto, acrescentou, "as obras a levar a efeito no Cine - Teatro deverão acautelar o necessário equilíbrio financeiro da Instituição, pelo que, de acordo com a minha opinião, deverá competir à Autarquia e ao Estado a concretização das mesmas, cabendo à Misericórdia o dever de zelar pela realização destas, mantendo a respetiva titularidade da propriedade."

Salientou depois, "que o parecer do Conselho Fiscal vai no sentido do Plano de Atividades e Orçamento para 2015 ser aprovado."

Após a intervenção do Presidente do Conselho Fiscal, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, abriu o período de discussão, tendo-se inscrito o Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra.

No uso da palavra, o Provedor da Misericórdia agradeceu o contributo de todos os membros da Mesa Administrativa na elaboração do documento em causa, salientando que “a recuperação do Cine-Teatro é fundamental, pelo que as verbas inscritas destinam-se a uma intervenção imediata que se encontra dependente da devolução do imóvel pela Autarquia, a qual foi devidamente notificada pela Mesa Administrativa para o efetivar.”

Mais disse, “de 2008 a 2013 o Cine-teatro deveria ter sido intervencionado de acordo com os termos aprovados por esta Assembleia Geral, o que não se veio a verificar, levando a que a Mesa Administrativa, por unanimidade, procedesse à resolução da escritura de constituição de direito de superfície, pois é obrigação do Provedor e dos Mesários, fazer cumprir as deliberações e os termos destas, sendo bem explícitas as condições aprovadas por este órgão (Assembleia Geral) em que o Cine – Teatro era cedido e que não foram respeitados.”

Por outro lado, salientou, “ não me parece que a autarquia queira executar o projeto que ficou definido na escritura celebrada, sendo este um dos termos da cedência, executar, no período compreendido entre 2008 – 2013, o projeto já existente e aprovado.”

Não havendo mais inscrições para a discussão do Plano de Atividades e Orçamento para 2015, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, colocou a votação o referido documento, solicitando que a votação tivesse em consideração que a eventual aprovação deveria constar em minuta.

Colocado a votação o Plano de Atividades e Orçamento para 2015, este foi aprovado, em minuta, por unanimidade e aclamação, com efeitos imediatos.

Colocado a votação o Parecer do Conselho Fiscal, este foi aprovado por unanimidade e que se passa a transcrever.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

De acordo com o previsto na alínea b) do artigo 39º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, reuniu, no dia 12 de Novembro de 2014, pelas 18 horas, na sala de reuniões da Santa casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como ponto único da sua ordem de trabalhos, analisar e emitir parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2015.

Analisado e discutido o referido documento, bem como obtidos os esclarecimentos necessários por parte da Mesa Administrativa e serviços de apoio, destacamos os objetivos inscritos no mesmo:

- **Assegurar a sustentabilidade da Misericórdia**, através da reorganização e reestruturação do seu funcionamento, racionalizando recursos, humanos e materiais, e proceder à revisão estatutária decorrente da aprovação de novo enquadramento legal das Instituições de Economia Social;
- **Estimular as parcerias a estabelecer com o Setor Estado**, com destaque para a implementação de projetos inovadores de intervenção social como é o caso da Rede Local de Intervenção Social (RLIS);
- **Assegurar a preservação e promoção da Mata das Misericórdias, bem como de outros espaços naturais que envolvem a Instituição**, através da manutenção e limpeza dos mesmos;
- **Manter as políticas de formação dos seus colaboradores**, associando-lhe o processo de certificação de qualidade em curso e integrado no EQUASS;
- **Proceder à continuação da inventariação do património imóvel**, assim como à sua valorização;

- 
- **Manter uma agenda cultural e artística**, por meio da atividade do Orfeão Maestro Alves Coelho, bem como de diversas atividades temáticas, com destaque para os IV Encontros Cidadania e Responsabilidade Sócia ambiental;
 - **Equacionar a execução da nova Unidade de Cuidados Continuados**, prevista para o antigo Hospital Condessa das Canas, tendo como pano de fundo o novo Quadro Comunitário;
 - **Promover a recuperação do Teatro Alves Coelho e da Escola do Paço Grande**;
 - **Manter a colaboração com as Instituições locais e regionais**;

Para levar a efeito a concretização dos objetivos atrás identificados, o Conselho Fiscal | Definitório apreciou o orçamento previsto para 2015, verificando que o valor estimado para os rendimentos é de dois milhões, setecentos e vinte e dois mil, duzentos e quarenta e seis euros (2.722.246,00€).

Comparativamente com o orçamento de 2014, assistimos ao possível crescimento das receitas em 2,71%, incrementado, especialmente, pelo aumento da comparticipação do Setor Estado, via Ministério da Solidariedade Trabalho e Segurança Social (MSTSS), através do Programa das Cantinas Sociais e nomeadamente com o contributo da RLIS, neste caso compensando o término do programa CLDS.

Não foi alheio, a esse aumento a projeção de atualização em 1% nos acordos de cooperação do Complexo Social, bem como a perspectiva de manutenção das Empresas de Inserção.

Assim, o aumento dos rendimentos, face à projeção de 2014, será de mais setenta e um mil, setecentos e cinquenta e sete euros (71.757,00€).

Quanto aos gastos estimados para 2015 estes atingirão o valor de dois milhões, setecentos e dezanove mil, oitocentos e setenta e dois euros (2.719.872,00€).

Face a 2014 e ao respetivo orçamento, prevê-se um aumento de 2,64%, a que corresponde cerca de sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta e um euros (69.841,00€).

Este aumento é justificado, essencialmente, pelo aumento nos custos com pessoal, derivado do reforço técnico resultado da necessidade de operacionalização da RLIS, assim como a consolidação da atualização do Salário Mínimo Nacional.

Desta forma, ponderados os rendimentos e os gastos prevê-se um resultado positivo de dois mil, trezentos e setenta e quatro euros (2.374,00€).

No que concerne aos investimentos da Instituição verifica-se que os esforços vão no sentido de dar continuidade à realização de melhorias na componente residencial, designadamente remodelando casas de banho e higienizando alguns quartos, a par da substituição de alguns telhados e coberturas, sendo previsto um valor de quarenta mil euros (40.000,00€).

Verifica-se ainda, a inscrição do Cine-Teatro Alves Coelho na rubrica dos investimentos onde se prevê, entre obras de restauro, limpeza, pinturas e cobertura, cem mil euros (100.000,00€), evitando-se, desta forma, o avançar da degradação do referido imóvel.

Constata-se de igual modo uma verba de dez mil euros (10.000,00€) para equipamento diverso e mais dez mil euros (10.000,00€) para eventuais despesas decorrentes do desenvolvimento de candidaturas aos Fundos Comunitários, destinados à própria recuperação do Cine-Teatro, como de igual modo outros imóveis nomeadamente o antigo hospital Condessa das Canas.

Assim, conclui o Conselho Fiscal | Definitório, cingindo a sua análise e apreciação ao conteúdo dos documentos, que lhe foram fornecidos, que a projeção feita mostra-se realista e em sintonia com as metas traçadas.

Deste modo, o Conselho Fiscal | Definitório **deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo ao**

Plano de Atividades e Orçamento para 2015, sugerindo a devida aprovação em Assembleia Geral, destacando, desde já, o esforço da Mesa Administrativa na boa elaboração e apresentação técnica dos documentos.

Arganil, 12 de Novembro de 2014

O Conselho Fiscal

Encerrado o segundo ponto da ordem de trabalhos passou-se ao terceiro ponto.

3. Proposta de autorização da Mesa Administrativa para proceder à retificação das áreas cedidas por escritura de constituição do Direito de Superfície por 50 anos à APPACDM, de 2.577,75m² para 3.354,69m²;

Sobre o terceiro ponto da convocatória o Presidente da Mesa, António Carvalhais da Costa, deu a palavra ao Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, que referiu "que o pedido de autorização inscrito na ordem de trabalhos refere-se à necessidade de retificar a área cedida, sob a forma de escritura de direito de superfície, em 2006 à APPACDM, na altura para construção de um equipamento de apoio à deficiência."

No entanto, "e ao fim destes anos a instituição em causa necessita de realizar trabalhos de remodelação no edifício aí existente e uma vez que a real ocupação de terreno é superior ao inscrito da escritura então celebrada, solicita-se a devida autorização para a retificação, passando de 2.577,75 m² para 3.354,69m², conforme proposta que passarei a ler e que se encontra na documentação distribuída aos irmãos presentes."

PROPOSTA

Proposta de autorização da Mesa Administrativa para proceder à retificação das áreas cedidas por escritura de constituição do Direito de Superfície por 50 anos à APPACDM, de 2.577,75m² para 3.354,69m²;

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil, na prossecução dos seus fins estatutários, tem procurado apoiar a instalação de equipamentos de apoio social diversificado no concelho, designadamente através da cedência de parcelas de património imóvel, através da constituição de direitos de superfície por períodos latos de tempo a favor destas entidades instaladoras.

Nesse sentido, em 19/01/2006 foi celebrada a constituição de um direito de superfície a favor da Associação de Pais, Professores e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra (APPACDM), devidamente autorizada por esta Assembleia, por um período de 50 anos. O direito de superfície constituído em escritura pública correspondeu à implantação do edifício existente (2.577,75m²).

A APPACDM deseja, no futuro imediato, proceder a obras de requalificação do edifício existente. Para o efeito, necessita que seja feita uma retificação da área registada e cedida pela Misericórdia de Arganil, para a área efetivamente ocupada pela APPACDM (3.354,69m²).

Deste modo, a Mesa Administrativa solicita autorização para a retificação das áreas em causa, passando de 2.577,75m² para 3.354,69m².

Solicita-se ainda, autorização para mandar o Provedor ou outro membro da Mesa Administrativa que esta designar, com os poderes necessários á assinatura do documento legal, nos moldes da escritura existente, com a contagem dos 50 anos à data da celebração do documento de cedência inicial.

Aos, 5 de novembro de 2014

Pela Mesa Administrativa

O Provedor,

(Prof. José Dias Coimbra)

Apresentada e lida a proposta referente ao ponto três, a mesma foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade e em minuta pela Assembleia Geral.



4. **Consulta à Assembleia Geral sobre o reconhecimento da admissibilidade de, nos termos do artigo 57º, nº 4, do Decreto de Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro, candidatura aos Órgãos Sociais;**

Já no ponto quatro usou da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, para referir que "tendo sido aprovada a revisão do Decreto de Lei 119/83 de 25 de Fevereiro, pelo Decreto de Lei 172-A/2014 de 14 de Novembro, este quarto ponto da convocatória cairia, uma vez que o artigo 21.º C, agora instituído na revisão, prevalece sobre os Compromissos das Misericórdias".

De acordo com o citado artigo, "quer a duração dos mandatos, que passam de três para quatro anos, quer a limitação dos mandatos que passa a ser de três, não sendo contabilizados os realizados até à presente data, anulam a necessidade de consulta prévia à Assembleia".

Não obstante, considerou, " não vejo qualquer problema em que se proceda a esta consulta prévia que, nesta fase de transição de aplicação de legislação, torna este processo ainda mais transparente e claro, honrando o bom nome desta Instituição."

Deste modo, "se nada houver a obstar pela Assembleia iremos proceder à consulta prévia sobre o reconhecimento da admissibilidade da lista única candidata, na qual participarão os irmãos inscritos nos cadernos eleitorais e que por isso procederam à satisfação das obrigações inscritas na convocatória, de acordo com prazo aí estabelecido".

Não tendo havido qualquer objeção à manutenção deste ponto na convocatória, por parte da Assembleia Geral, o Presidente da respetiva Mesa procedeu à leitura da fundamentação da recandidatura do Prof. José Dias Coimbra, assim como dos elementos com mais de dois mandatos consecutivos na Instituição e que se passa a transcrever.

Consulta Prévia

Fundamentação

O mandato que se inicia em 2015, atendendo ao contexto económico e social que o País atravessa, apresenta-se como um período de vital importância para a vida da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, nomeadamente pelos inúmeros projetos que a Instituição terá que reprogramar e reformular o que implica uma negociação com várias entidades da esfera do Estado e da União das Misericórdias Portuguesas.

A elevada complexidade desses dossiers e a natureza delicada do citado processo negocial, sem esquecer os compromissos que estes representam, implicam a manutenção de uma linha de continuidade por parte da Instituição, que só poderá ser assegurada com a recandidatura de um conjunto de irmãos que integraram os órgãos sociais desta instituição e que se enquadram no previsto no n.º 4 do artigo 57º do Decreto de Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro e do n.º 1 do artigo 16º do Compromisso da Misericórdia de Arganil.

Por outro lado, e de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 26º do Compromisso, **apenas foi apresentada uma lista única no prazo regulamentar e legal, tornando-se imperioso, também por este facto, a autorização respetiva, uma vez que, maioritariamente é constituída por irmãos com**

mais de dois mandatos consecutivos.

O Provedor,

(José Dias Coimbra)



Terminada a leitura da fundamentação já descrita, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, mandou proceder à abertura da urna, e distribuição dos boletins de voto, de acordo com os irmãos inscritos nos cadernos eleitorais, cujo controle passou a ser efetuado pelos secretários da Mesa da Assembleia Geral, Carlos Manuel dos Santos Teixeira, António Lopes Nogueira com a participação do Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Pedro Pereira Alves.

Concluído o processo de consulta individual, por voto secreto, e com controlo através dos cadernos eleitorais, procedeu-se à contagem dos votos, finda a qual o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, anunciou os resultados da consulta prévia.

“Com cinquenta e três votos (53) sim, um (1) não e um (1) branco, num colégio eleitoral composto por cinquenta e cinco irmãos (55), foi autorizada a recandidatura dos irmãos com mais de dois mandatos consecutivos, por ser impossível e inconveniente a respetiva substituição nos termos expressos na convocatória, pelo que passaremos à realização do ato eleitoral previsto no ponto quinto da convocatória.”

Irmãos autorizados:

José Dias Coimbra; Silas das Neves Correia; Fernando Manuel Lopes Dias; Fernando José Brandão; Romão Gonçalves Mateus; António Carvalhais da Costa; Carlos Manuel dos Santos Teixeira e Emília D'Ascensão Alves Jorge de Almeida.

5. Realização do ato eleitoral para eleição dos Corpos Gerentes e da Mesa da Assembleia Geral para o próximo período de vigência a iniciar em 2015, com respeito pelo n.º 3 do artigo 26º do Compromisso;

No quinto ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, informou ter sido apresentada, nos termos da convocatória, dos compromissos e da legislação à data em vigor, apenas uma lista candidata ao mandato que iniciará em Janeiro de 2015 e que terá a duração de quatro anos, de acordo com o artigo 21ºC do Decreto de Lei 119/83 de 25 de Fevereiro, revisto pelo Decreto de Lei 172-A/2014 e republicado no Diário da República n.º 221 I série de 14 de Novembro.

Nesse sentido, mandou proceder à abertura da urna eleitoral e distribuição dos respetivos boletins de voto, de acordo com os cadernos eleitorais, compostos pelos irmãos que cumpriram as obrigações previstas nos Compromissos, nos termos previamente comunicados em convocatória e nos prazos aí estabelecidos.

Realizada a votação, por voto secreto, devidamente supervisionada pelos secretários da Mesa, Carlos Manuel dos Santos Teixeira e António Lopes Nogueira, procedeu-se à contagem dos votos, com a colaboração do Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Pedro Pereira Alves, tendo sido escrutinados cinquenta (50) votos a favor e cinco (5) votos brancos, num colégio eleitoral composto por cinquenta e cinco irmãos (55).

Após a contagem dos votos e não havendo qualquer reclamação apresentada à Mesa, o Presidente desta, António Carvalhais da Costa, procedeu à proclamação dos resultados e que a seguir se dá como transcrito, anunciando, desde logo, que deverá proceder à tomada de posse no prazo de 30 dias a contar da eleição.

AUTO DE PROCLAMAÇÃO DE RESULTADOS

Cumpridos que foram os requisitos legais e estatutários aplicáveis nesta Santa Casa da Misericórdia de Arganil, nomeadamente, Autorização Prévia nos termos do Artº 57º, nº 4 do Dec.-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro e do nº1 do Artº 16º do Compromisso, realizou-se ato eleitoral, tendo sido, para o efeito, apresentada, no prazo regulamentar, apenas uma lista, a qual, foi aprovada por maioria, pela Assembleia Geral Ordinária de 17 de Novembro de 2014, constituída em colégio eleitoral de 55 (cinquenta cinco) Irmãos, com 50 (cinquenta) votos a favor e 5 (cinco) em branco.

Não tendo existido qualquer reclamação apresentada à Mesa da Assembleia, os respetivos Secretários, Carlos Manuel dos Santos Fernandes Teixeira e António Lopes Nogueira, redigiram o presente Auto que foi lido pelo Presidente da Mesa, Prof. António Carvalhais da Costa, que proclamou aos Irmãos os resultados, dando como eleita a única lista colocada a sufrágio.

Arganil, 17 de Novembro de 2014

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(António Carvalhais Costa)

O 1º Secretário,

(Carlos M.S. Fernandes Teixeira)

O 2º Secretário

(António Lopes Nogueira)

LISTA ELEITA Mandato 2015 - 2018

➤ **Mesa da Assembleia Geral**

- Presidente: António Carvalhais Costa
- 1º Secretário: Carlos Manuel dos Santos Fernandes Teixeira
- 2º Secretário: Rui Manuel Aguiar Lopes Dias

➤ **Mesa Administrativa**

- Provedor: José Dias Coimbra
- Vice-Provedor: Silas das Neves Correia
- Secretário: Fernando José Brandão
- Tesoureiro: Fernando Manuel Lopes Dias
- 1º Vogal: Rui Miguel Silva
- 2º Vogal: Maria Eugénia da Silva Anastácio Teixeira
- 3º Vogal: Romão Gonçalves Mateus
- 4º Vogal: Armando Lourenço Jorge de Figueiredo
- 5º Vogal: Carlos José Fernandes Ferreira
- 1º Suplente: José Travassos de Vasconcelos
- 2º Suplente: Aires Gomes Fernandes
- 3º Suplente: Zilda da Conceição Henriques
- 4º Suplente: António Trindade Figueiredo
- 5º Suplente: Emília D'Ascensão Alves Jorge de Almeida

➤ **Conselho Fiscal | Definitório**

- Presidente: João Bilha Rosa dos Santos
- Secretário: Maria Lizete Alves da Costa Jorge

- Vogal: Maria Inês da Conceição Frias Martins
- 1º Suplente: Fernando Neves Afonso
- 2º Suplente: Manuel Costa Pereira
- 3º Suplente: Maria Alzira Glória Lopes Dias Fernandes

Encerrado este ponto passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

6. Proposta de alienação da Fração J, correspondente ao 3º andar esquerdo do prédio urbano, sito na Rua do desterro, nº 35, freguesia de Arroios, Concelho de Lisboa, inscrito na matriz predial urbana do 4º Bairro Fiscal de Lisboa sob o artigo nº 880.

No âmbito do ponto seis da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, para procedesse à leitura e apresentação da proposta inscrita neste ponto, a qual havia sido previamente distribuída aos irmãos.

PROPOSTA DE ALIENAÇÃO

Identificação: Fração J, correspondente ao 3º andar esquerdo do prédio urbano, sito na Rua do desterro, nº 35, freguesia de Arroios, Concelho de Lisboa, inscrito na matriz predial urbana do 4º Bairro Fiscal de Lisboa sob o artigo nº 880.

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil, na prossecução dos seus fins estatutários, tem procurado rentabilizar o seu património imóvel, designadamente como fonte de financiamento à sua ação social.

A fração identificada faz parte de um imóvel composto de sete pisos com 14 fogos, de construção antiga, a necessitar de obras de conservação e restauro avultadas, encontrando-se ocupado por inquilino que não procede ao pagamento das respetivas rendas.

Nesse sentido, e por não existirem condicionantes à venda do referido imóvel inscritas no ato de doação, propõe-se a alienação do mesmo, ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artigo 23º do Compromisso desta Irmandade, caso haja condições de mercado para esse efeito, tendo em consideração que o valor da avaliação efetuada pelo Serviço de Finanças é de 54.380,00€, conforme caderneta predial que se anexa.

Aos, 5 de novembro de 2014

Pela Mesa Administrativa

O Provedor,

(Prof. José Dias Coimbra)

Apresentada a proposta e não havendo qualquer pedido de intervenção ou esclarecimento, o Presidente da Mesa da assembleia geral colocou a mesma a votação, tendo sido aprovada por unanimidade e em minuta.

7. Outros assuntos de interesse informativo para a Instituição.

Entrados no sétimo e último ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Carvalhais da Costa, deu a palavra aos irmãos que quisessem intervir sobre algum assunto ou matéria.

Pediu a palavra o Dr. Pedro Pereira Alves, Presidente do Conselho Fiscal | Definitório, para esclarecer alguns "boatos que circulam por aí".

A este propósito referiu que " a Misericórdia tem uma longa e vasta história que ninguém pode apagar ou escamotear e por isso a Instituição merece-me todo o respeito. Eu, por outro lado, tive várias oportunidades de acesso ao poder, outras vezes este foi-me colocado ao dispor, no entanto, nunca o aceitei, fosse de que forma fosse."

Continuou dizendo, "é por isso não posso aceitar alguns boatos que por aí circulam, onde, supostamente, é dito que eu pretendia ser Provedor desta casa. Eu próprio Já admiti que posso servir a Misericórdia em qualquer lugar, mas mediante certas condições e isso não quer dizer que tivesse de ser como Provedor."

Acrescentou ainda, "com efeito, fui contactado pelo Prof. Coimbra para integrar uma lista, tendo em vista o ato eleitoral inscrito nesta reunião. No entanto, e desde essa altura, nunca mais voltámos a falar sobre este assunto, nem nunca mais fui abordado pelo Sr. prof., apesar de eu ter feito alguns contactos junto de alguns irmãos sobre esta matéria e sobre a possibilidade de integrarem uma lista."

"Por isso, este assunto e estes boatos não fazem sentido e espero que tenham ficado todos esclarecidos".

Terminada a intervenção do Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Pedro Pereira Alves, foi dada a palavra ao Provedor da Misericórdia, Prof. José Dias Coimbra, que começou por "agradecer a confiança renovada dada pelos irmãos para liderar por mais um mandato os destinos da Misericórdia, prova de que tenho cumprido com as minhas obrigações para com esta Instituição".

Frisou no entanto, "que ultimamente tenho tido algumas amarguras, nomeadamente pela forma como a Câmara Municipal tem suscitado vários problemas a esta Instituição, desde as dificuldades e entraves colocados, quase anualmente, ao funcionamento do CATL na EB1 de Arganil, ao problema da Feira do Mont'Alto, sem esquecer a questão do Cine-Teatro Alves Coelho, entre outros."

"Aliás a propósito do Cine-Teatro Alves Coelho a última barbaridade que ouvi do Sr. Presidente da Câmara era a de que o Cine-Teatro não era da Misericórdia, era apenas e tão só dos Arganilenses, o que significaria, por essa linha de raciocínio, que eu poderia ir a casa dele e recolher uma cadeira porque a casa do Sr. Presidente da Câmara era também dos Arganilenses".

"Quero com isto dizer que a propriedade privada é um direito da Constituição Portuguesa e o Cine-Teatro é propriedade privada, que deverá ser colocada ao serviço de uma causa pública, mas que não deixa de ter um dono e esse dono e legítimo proprietário é a Misericórdia. Aliás, conforme fizemos ao celebrar uma escritura de direito de superfície a favor da Autarquia. Esquecer tudo isto é também esquecer a memória daqueles que contribuíram para a construção daquele edifício e que, depois, tudo fizeram para que fosse entregue à Misericórdia. Essa entrega teve um intuito, foi o de acautelar que o Cine-teatro estava acima de qualquer luta em Arganil e a entidade que melhor dignificava o Cine-teatro era e é a Santa Casa."

Continuou, "é preciso perceber a história de Arganil para se perceber o papel do Cine-Teatro e a sua relação com a Santa Casa. Ora, eu não quero ficar na História desta Instituição, nem sequer ser recordado como alguém que não defendeu todos aqueles que se entregaram ao desenvolvimento da Misericórdia, ou como alguém que deixou perder duas das marcas desta Instituição, a Feira do Mont'Alto e o Cine-teatro, especialmente quando agora a Fábrica da Telha já tem cinema, algo que deveria estar, como sempre esteve, naquele magnífico espaço que é uma referência da arquitetura em Portugal que é o Cine-Teatro Alves Coelho. Frisou ainda, já não tenho qualquer dúvida, e estou certo que qualquer irmão e arganilense sensato e lúcido também já não tem dúvidas sobre esta matéria e à forma como a questão do Cine-teatro foi desconsiderada pela Câmara ao longo destes últimos anos, nomeadamente entre 2008 e 2013 em que não foi concretizado como prioridade".

"É lógico que por estes motivos e por razões familiares, a posição do Dr. Pedro Pereira Alves seja mais delicada, ou não fosse o seu sobrinho o Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Eng. Ricardo Pereira Alves. Por outro lado, o próprio Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o António Carvalhais,

comunicou-me que não poderia contar com o Dr. Pedro, em face desta conjuntura familiar que o condicionava bastante e que não podia aceitar manter-se na Misericórdia numa equipa liderada por mim."

"Também sei que quem queria tomar conta da Misericórdia seriam, provavelmente, muitos dos que gostam de aparecer nos jornais a desfilarem vaidades, na esperança de que a Santa Casa seria um outro espaço de desfile. Por isso, peço desculpa ao Dr. Pedro e a qualquer outro irmão se, porventura, na defesa intransigente da Misericórdia os ofendi. Eu, da minha parte, tenho perdoado, pois como católico que sou e comungando todos os domingos não poderia fazer outra coisa se não perdoar".

Pedi novamente a palavra o Dr. Pedro Pereira Alves para referir que "o Prof. Coimbra mantém comigo uma ligação de amizade recíproca e profunda e apesar de por vezes discordarmos nunca deixámos de ser amigos. Considero ainda, que devemos fazer um esforço de aproximação e de estabelecimento de pontes e parcerias com as outras instituições, não esquecendo a defesa dos interesses da Misericórdia e da razão que lhe assiste, nomeadamente na questão da Feira do Mont'Alto e do Cine-Teatro."

Sobre a questão da Feira do Mont'Alto interveio o irmão Nuno Gomes para referir que, "a realização de uma escritura justificativa de usucapião por parte da Câmara Municipal sobre os terrenos do terrado da feira, suscitou preocupações na medida em que a mesma não acautelava a existência de um ónus a favor da Santa casa nos dias 6,7 e 8 de Setembro."

Continuou dizendo, "esse ónus é destinado à realização do secular certame. Ora, como a organização e administração da Feira do Mont'Alto é um direito da Misericórdia, e este apenas foi concedido temporariamente à Câmara Municipal por via da figura de um protocolo, assinado em 1989 e em 2011, a par do pagamento de uma renda; caso venha a ocorrer a denúncia desse protocolo coloca-se a seguinte pergunta: onde poderá a Misericórdia realizar essa tradicional feira se não estiver acautelada a utilização dos terrenos do paço grande, por via do ónus existente, se este não estiver registado na referida escritura? Tal situação e no extremo, poderá suscitar a perda do direito de organizar a Feira do Mont'Alto pela Santa Casa, pois esta deixa de ter acesso ao local onde se realiza tradicionalmente".

Interveio o irmão João Travassos para informar que, "por desconhecimento assinei a escritura de usucapião a favor do Município de Arganil e referente ao terreno da feira, desconhecendo a existência de um ónus a favor da Santa Casa, nos dias 6,7 e 8 de Setembro, para a realização da Feira do Mont'Alto. Se tivesse noção das implicações desse ónus não teria assinado a escritura. Contudo, considero que se deitou muita serradura para os olhos dos irmãos nesta Assembleia."

Não havendo mais inscrições no último ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. António Carvalhais da Costa, deu por encerrados os trabalhos pelas vinte e três horas e quarenta minutos, "desejando a todos um Santo Natal", tendo sido redigida a presente ata, na qual os pontos 2, 3, 4, 5 e 6 foram aprovados em minuta e cujas respetivas deliberações entraram de imediato em vigor.

Aos 17 de Novembro de 2014

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

O primeiro secretário;

O segundo secretário;

11



11